

## **Notas sobre o patrimônio cultural: um olhar para Garopaba/SC**

ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO\*

### **1 Introdução**

O tempo veloz da contemporaneidade, amparado na eficácia das tecnologias, esvazia a solidez das fronteiras territoriais que são esmaecidas e, até mesmo, diluídas pela intensa fluidez da mobilidade global. Em meio ao turbilhão de informações e a rapidez com que as diferentes novidades invadem os mais distantes lugares do planeta, interligando-os de modo impensável até pouco tempo, evidenciando que a globalização é irreversível, cresce, também, a preocupação em manter a diferença por meio da valorização das singularidades locais, ou, dito de outra forma: o apelo ao passado pode significar uma forma de compensação perante a dissolução das formas tradicionais de viver a experiência hodierna. O passado fica mais explícito nas singularidades que são, em geral, encontradas em meio ao chamado patrimônio cultural.

Mas o que lembrar e o que relegar ao esquecimento? Como ocorrem as seleções culturais? Se, quando se seleciona algo se relega ao silenciamento outras tantas histórias e recordações que também fazem parte da memória do lugar? Para responder a essas e outras questões que, evidentemente, se colocarão ao longo deste estudo, cabe, primeiramente, elencar algumas situações teóricas pertinentes a chamada pós-modernidade e a emergência do patrimônio cultural, enfocando aspectos pertinentes as escolhas relativas ao patrimônio brasileiro. Na sequência, volto o olhar para o município de Garopaba-SC, *locus* deste estudo, evidenciando características pertinentes a cultura local e aos bens reconhecidos como patrimônio cultural a ser preservado, bem como aos bens que acabam invisibilizados quando uma determinada marca cultural, no caso a açoriana, tende a homogeneizar a cultura.

### **2 Em tempos de novíssimas novidades: o patrimônio cultural no presentismo**

O patrimônio cultural, seja material ou imaterial, vem sendo ressignificado a luz do tempo presente, provocando discussões crivadas por interesses políticos e/ou econômicos. Assim, a decisão do que lembrar e do que esquecer obedece a seleções que expõem disputas pela memória e, portanto, garantias de um lugar na História. É nesse espaço fronteiriço, nessa soleira, que se dão as escolhas e os esquecimentos, é nesse mesmo espaço que são recolhidos

\*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC. Mestra em História. Bolsista FAPESC/CAPES.

os indícios, os vestígios de uma memória a preservar. Assim, a ideia de preservação implica um contínuo transitar entre passado e presente, pressupondo, simultaneamente questões de poder.

Em meio aos ditames da chamada pós-modernidade – império da hibridação e do dinamismo, muitos lugares se vêem despossuídos de bens materiais capazes de formar um substrato cultural importante e, acabam buscando nas tradições uma forma de se inserir no mercado cultural. Na busca pela diferenciação que lhes conceda destaque dentro de um mundo globalizado, intensifica-se a revitalização dos chamados centros históricos e a crescente valorização de suas manifestações culturais. Francois Hartog (2006), contribui para esse debate, evidenciando que:

*[...] quando este passado faltava, contribuindo para o mal-estar das periferias ou das cidades-dormitórios, fizeram-no aparecer. Produziu-se lugares de patrimônio urbano para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada, depois mostrada. (HARTOG, 2006: 268).*

É possível ilustrar tal invenção, por exemplo, a partir do que vem ocorrendo no município de Garopaba, localizado setenta e cinco quilômetros ao sul da capital de Santa Catarina – Florianópolis, depois que a vila de pescadores e imediações, em um movimento que se estendeu ao longo do litoral catarinense, passou a ser visitada por turistas, em sua maioria, do Rio Grande do Sul. Na verdade, tradições são ‘inventadas’, no sentido utilizado por Hobsbawm e Ranger (1984), para que o lugar tenha uma identidade<sup>1</sup>, uma representação histórica perante os demais, ou seja, para que sua cultura se afirme e dê a ver.

Após o advento do turismo, Garopaba não foi mais a mesma, a pesca e a lavoura da mandioca deixaram de ser o meio de subsistência da maioria da população, sendo esta inserida na dinâmica turística e das mercadorias que a atividade requer – serviços de hospedagem e alimentação, principalmente. Contudo, para ser transformada em cidade turística, para além da paisagem natural propícia – também entendida como patrimônio a ser preservado<sup>2</sup>, a cidade teve que se reinventar, valorizando suas singularidades mediante a iminente aculturação que o turismo trazia. Essa transformação foi marcada por disputas e

---

<sup>1</sup> O termo identidade, neste artigo, refere-se ao conjunto de características próprias de um lugar e de sua população, sem adensar o conceito.

<sup>2</sup> A definição e preservação do patrimônio natural, também, faz parte do que Hartog (2006, p. 271) chamou de “olhar museológico” lançado a tudo que nos cerca, porém, para aprofundar a discussão no que concerne ao município de Garopaba e região, ler: DAMAZIO (2011).

articulações, numa celeuma que envolveu memórias e histórias, já que a preservação do patrimônio cultural baila no limiar desses dois conceitos.

Esse esforço em não perder os laços com um passado tradicional pode ser considerado uma ‘invenção da tradição’, já que a tradição ‘inventada’, de acordo com Hobsbawm e Ranger (1984: 09) tenta, sempre que possível, “estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. Ou seja, pode ser entendida como um conjunto de práticas reguladas por regras de natureza ritual ou simbólica que visam sugerir certos valores e normas de comportamentos a partir da repetição, “implicando uma continuidade em relação ao passado. Na medida em que as práticas passam a ser um hábito, a partir da repetição, resgata-se um passado histórico ao qual tais práticas fazem referência”.

No curso da invenção das tradições, patrimônio e memória são categorias intimamente intrínsecas, “vetores de uma identidade: a palavra chave dos anos 1980” (Hartog, 2006: 266). Para falar do patrimônio cultural de determinado lugar, cabe, inicialmente, falar em lembrança e esquecimento, em seleções, em escolhas que envolvem a definição das memórias a serem preservadas, justificando tais opções. Lembrando, que é o tempo presente quem questiona o passado e pinça deste os acontecimentos que serão reatualizados, jamais resgatados. “Tal presente determina que passado em particular deve ser buscado” (Oakeshott, 2003: 53). Ancorada nessa argumentação, acredito que é a realidade que se dá a ler no presente a responsável pelos interesses e diferentes questões que movimentam cada geração, são esses pressupostos que, atualmente, engendram a busca voraz pela memória, pelas raízes.

Toda essa reviravolta conexa à relação da humanidade com o tempo se deu, tomando por referencial as acepções de François Hartog, na obra “Regimes de Historicidade: presentismo e experiências no tempo”, publicada no Brasil em 2013, em função da imobilidade do presente, uma metamorfose bem característica do final do século XX e início desse terceiro milênio. O futuro, alardeado na esperança, quando ainda se acreditava nas benesses do progresso, passa a representar a incerteza e o medo. Dito de outra forma: há uma crescente desilusão relativa ao futuro, que não se mostra mais como premissa de estabilidade e segurança. Hartog indica a existência de três regimes de historicidade no mundo ocidental: aquela que vem da antiguidade ao início do modernismo, em que são os grandes mitos e heróis que dotam de sentido o presente; o regime que se inaugura com a Revolução Francesa e tem na idéia de progresso seu maior ícone, ou seja, um tempo teleológico, e, finalmente, o presentismo, experiência contemporânea com o tempo histórico.

*[...] a produção do tempo histórico parece estar suspensa. Daí talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. Tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente, espécie de vasta extensão de água agitada por um incessante marulho. É conveniente então falar do fim ou da saída dos tempos modernos, isto é, dessa estrutura temporal particular ou do regime moderno de historicidade? Ainda não sabemos. De crise, certamente. É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo. (HARTOG, 2013: 39-40).*

Nessa perspectiva, se lida, na contemporaneidade, com uma ‘crise do tempo’, um desconforto típico provocado por águas agitadas e nauseantes. A resposta a tal situação apresenta-se, dentre outros comportamentos, como apego a memória e a consequente patrimonialização do que não pode ser perdido, do que não pode, de forma alguma, cair no esquecimento. Assim, bens materiais e imateriais são questionados quanto ao potencial de se tornar patrimônio cultural, e a ressonância do presentismo não se restringe aos grandes centros, ela é apropriada por discursos e ações tanto em Paris quanto em alhures. “Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (Huysen, 2000: 16).

Existe uma preocupação explícita com a ‘recordação total’, o que leva Hartog a questionar: “Trata-se então da fantasia de um arquivista maluco? Ou há, talvez, algo mais para ser discutido neste desejo de puxar esses vários passados para o presente?” (Hartog, 2006: 15). Uma primeira explicação para o fenômeno da ‘sedução’ pela memória seria o final do século, a entrada em um novo milênio, algo que historicamente mexe com a sensibilidade humana. Mas nesse interstício de tempos há algo mais a ser compreendido, já que há o papel das tecnologias midiáticas, da informação instantânea, do armazenamento em bancos de dados virtuais, enfim, uma gama de novíssimas novidades que fizeram com que esse final de século/milênio fosse diferente. Hoje se enfrenta “a perigosa tarefa de assumir a responsabilidade pelo passado” (Hartog, 2000: 17), e nessa contingência, os meios de comunicação de massa, a mídia e suas tecnologias tornam as memórias cada vez mais disponíveis, gerando certa amnésia coletiva.

Decididamente, a vida contemporânea ganhou contornos bem distintos dos experimentando até o início do século XX. Em meio ao turbilhão de novidades que a mídia lança, diariamente, aos mais distantes pontos do planeta, novidades essas que já se tornam obsoletas no dia seguinte, é preciso blindar a memória, pois, nessa ótica, a identidade depende

daquilo que se consegue preservar. Eis novamente o ponto: como selecionar, o quê preservar. Tentarei responder a questão a partir de uma daquelas cidades que, aparentemente, pouco tem pra resguardar, mas que precisa, como tantas outras, manter suas singularidades, garantir seu lugar no disputado mercado do espetáculo da cultura dita tradicional – falo de Garopab/SC, como já indicado anteriormente.

Contudo, toda essa argumentação a respeito da emergência da memória não tem por objetivo negar a necessidade de preservar o patrimônio cultural. Afinal, a conservação de bens materiais e imateriais só tem a contribuir com a manutenção da narrativa histórica de um grupo e, conseqüentemente, com a afirmação de sua identidade. Ou seja, é a memória dos habitantes do lugar que faz com que se identifiquem com sua fisionomia; por meio da memória as pessoas reconhecem sua própria história de vida como também as experiências sociais e sua luta cotidiana. Mas a questão é: porque nos acostumamos a ver como patrimônio unicamente os prédios e monumentos ligados a fatos, feitos e heróis, dando ao Brasil uma falsa homogeneidade, destacando o papel de somente uma etnia: a branca de origem européia? Onde fica a pluralidade cultural?

Esse efeito que deu a prédios e monumentos antigos o perfil, no senso comum, de patrimônio, muito se deve a política patrimonial brasileira, iniciada institucionalmente em 1934, com a criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais, em especial dos monumentos localizados na cidade mineira de Ouro Preto, que desde 1933 passou a ser considerada a principal relíquia nacional a ser preservada. Com a repatriação dos restos mortais dos inconfidentes, dentre outros fatores, tornou-se necessária a criação de um órgão específico para gerenciar o patrimônio do Brasil. Nasce assim, em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que mantém ações pouco diferenciadas até o terceiro quartel do século XX.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, nos artigos 215 e 216, é indicada como a “certidão de nascimento [de uma] nova face da política de patrimônio” (OLIVEIRA, 2008: 131). Nessa nova concepção de patrimônio, além dos bens de natureza material, também devem ser preservados os bens de natureza imaterial: “lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, entre outras manifestações” (OLIVEIRA, 2008: 132). Esse processo foi efetivado somente no ano 2000 por meio do Decreto nº 3.551, que institui o inventário e o registro de tais práticas e seu acompanhamento a fim de verificar permanências e transformações. Nesse tipo de inventário quem comanda

são os antropólogos, situação muito diferente da fase inicial do Sphan, quando arquitetos formados na Escola de Belas Artes definiam o que era patrimonializável.

Na atualidade, “o registro reflete o reconhecimento do valor das expressões culturais, o reconhecimento de que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro” (OLIVEIRA, 2008: 133). De uma política estatal pautada na autenticidade, originalidade e permanência o Iphan<sup>3</sup> (antigo Sphan) assumiu um olhar mais antropológico em relação à cultura, entendendo-a como um sistema simbólico que orienta a ação dos homens e os faz capaz de narrar sua própria existência, mesmo em num tempo repleto de agoras, de temporalidades históricas intercambiantes.

### **3 Patrimônio cultural de Garopaba-SC**

O patrimônio cultural tombado ou registrado pelo Iphan, tal quais os bens imateriais, somente se torna efetivamente patrimônio preservado (e respeitado!) se encontra ressonância junto à população, ou seja, se é reconhecido como bem cultural de real valor para os moradores de um determinado local. Somente impregnado de significado para os que com ele convivem, é que o patrimônio cultural faz sentido e remete ao imaginário cultural de um grupo.

Garopaba é uma cidade que, como tantas outras, possui um *rol* de bens a serem preservados. Assim, para identificar o patrimônio cultural que já está institucionalizado, iniciei realizando uma entrevista com a Coordenadora de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Conselheira do recém formado Conselho Municipal de Cultura (Decreto 035/2015), Cleide de Souza (39 anos).

Cleide de Souza, disse primeiramente, que não se sente confortável no cargo que ocupa, mas não teve outras opções. Ela é professora efetiva dos anos iniciais, com formação no curso de magistério e graduada em Letras - Secretariado Executivo. Como assumiu a função recentemente, se sente pouco preparada para dar informações sobre patrimônio, pois seu trabalho está mais voltado para a organização de eventos, como a Feira do Livro, a participação de Garopaba na Festa da Cultura Açoriana (Açor), dentre outras eventos nos quais o município de Garopaba faz-se representar. Em sua opinião, não existe muitos bens reconhecidos como patrimônio cultural do município: “Apenas a igreja matriz antiga e o

---

<sup>3</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

centro histórico se destacam, mas, mesmo assim, acho que não tem nada registrado no Iphan”.<sup>4</sup>

Contudo, elencou uma série de bens materiais e imateriais que, a seu ver, deveria constar como patrimônio cultural e receber proteção da prefeitura para que não sejam esquecidos.

*Tem muita coisa que deve ser valorizada, eu posso citar algumas: a casa da família da professora Rosa, lá no Macacu, é uma casa bem antiga e está bem conservada; os grupos de boi de mamão; o terno de reis São Luiz Gonzaga, da Encantada; a cantoria do divino; a arte de fazer esteira e chapéu, os ranchos de pesca, enfim outras coisas que só aparecem se tem algum evento.*<sup>5</sup>

Cleide de Souza se mostrou preocupada por Garopaba não possuir um lugar específico para resguardar vestígios de sua memória: “Outro problema é que não se tem onde guardar nada. Não existe um acervo para montar um museu, está tudo espalhado, as pessoas querem as coisas pra si, aí quem encontra alguma coisa leva pra casa”.<sup>6</sup> O comportamento das pessoas perante objetos antigos, nada mais é do que a ressonância da ‘crise do tempo’, citada por Hartog (2013), que a sociedade contemporânea vem experimentando. O que é guardado pode ser esquecido, mas se algo ou alguém solicitar, a ‘prova’ dos tempos idos estará lá, apta a demonstrar que temos um passado, pois quem guarda, guarda para se guardar.

Na perspectiva de conferir se a Igreja Matriz de Garopaba está entre os bens tombados pelo Iphan, pesquisei no sítio da instituição e não encontrei nenhum registro, confirmando o que a Coordenadora de Cultura da Secretária Municipal de Educação e Cultura já desconfiava. Mas, apesar de não estar na lista do Iphan, a Igreja consta como patrimônio tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), pelo Decreto Nº 2.996, de 25 de julho de 1998.

*Essa instituição, no ano de 1998 [...] tomba a Igreja Matriz de Garopaba e seu entorno em 100 (cem) metros, em razão da tradição Luso-Brasileira do litoral de Santa Catarina e justifica sua ação através da preservação arquitetônica religiosa, que protege documentos que evidenciam as características de ocupação do território de Santa Catarina. (PACHECO, 2010, p. 32).*

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 17 de novembro de 2014, na Secretaria Municipal de Educação de Garopaba/SC.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

Iniciada em 1830, assentada no alto de um morro, voltada para a Praça 21 de Abril, a Igreja Matriz de Garopaba revela as marcas que o tempo produziu nesses 185 anos de existência. Atualmente, o prédio está em processo de reforma e os bens integrados estão guardados na nova igreja matriz, com exceção da imagem de Nossa Senhora das Dores, datada do século XIX<sup>7</sup>, que se encontra na Fundação Catarinense de Cultura para restauro. Cleide de Souza, explicou o valor da imagem:

*Essa imagem é considerada de grande valor porque é talhada em madeira com o rosto de porcelana, banhada a ouro, mas este foi raspado, o que causou os maiores danos. Seu diferencial está na capa que cobre a imagem, produzida também em madeira, já que outras imagens da região, produzidas naquele período, não têm manto de madeira.<sup>8</sup>*

Quanto ao casario do centro histórico, não há indicativos de que tenha sido tombado pelo Iphan ou pela Fundação Catarinense de Cultura, no entanto, para os garopabenses, o centro histórico, representa uma espécie de continuísmo identitário, pois, num primeiro olhar, se mantém como ‘era’ antes das hibridações promovidas pelo turismo. Casario, Praça 21 de Abril e a antiga Igreja Matriz remetem a ‘segurança’ do passado, um passado não muito distante, quanto não existia o par de opositores ‘nativos’ e ‘de fora’ e a cidade tinha a vida cadenciada pelo balanço do mar: mar sereno representava fartura; mar agitado ou nortada<sup>9</sup> indicava tempo de miséria.

Além do patrimônio material, Cleide de Souza, também fez referência ao patrimônio imaterial, citando, a arte de fazer esteira e chapéu, as festividades e as obras realizadas pelo artesão Manoel Constante:

*Seu Manoel Constante, conhecido como Raquel é um morador nativo do Ambrósio, aprendeu com os antigos a fazer canoa de um pau só. Quando ainda podia derrubar a árvore ele usava o garapuvu, que dava uma canoa bem leve. Hoje em dia ele faz réplicas das baleeiras e dá manutenção nas canoas que são utilizadas na pesca. Nós queríamos [Conselho Municipal de Cultura], fazer o registro dele no Iphan, por que ele é um mestre do saber, mas tem um pessoal de São Francisco do Sul que quer indicar um cara de lá, e, em termos de patrimônio, eles têm mais força.*

As obras produzidas por Manoel Constante ganharam notoriedade na última edição do Açor, realizado no Ribeirão da Ilha, na cidade de Florianópolis, em agosto de 2015.

---

<sup>7</sup> BENSEN, 1980, p. 71.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 17 de novembro de 2014, na Secretaria Municipal de Educação de Garopaba/SC.

<sup>9</sup> Ventos intensos provenientes do norte, principalmente, no mês de agosto.

*Suas obras foram expostas em uma exposição em Portugal e ilustram o livro “Feito a Mão: O Artesanato em Santa Catarina”. No último dia 8 de agosto o Sr. Manoel Constante foi agraciado com o Troféu Ilha do Corvo, na categoria artesão. Troféu este que faz parte do Prêmio Açorianidade, premiação criada pelo NEA (Núcleo de Estudos Açorianos), para destacar catarinenses que trabalham nas mais variadas categorias na manutenção e resguardo da cultura açoriana do Estado. Manoel Constante que já havia sido indicado outras duas vezes ao prêmio, este ano teve uma vitória expressiva sobre os demais indicados.<sup>10</sup>*

É inegável que a valorização da cultural local, em especial os aspectos que remetem a tradição açoriana, foi influenciada pela inclusão do município de Garopaba no Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina – NEA/UFSC, que este ano completa três décadas de existência, período que coincide com a intensificação do turismo na região. Interessante destacar que, para além de despertar a açorianidade, os movimentos em torno da cultura açoriana contribuíram para que outras expressões culturais fossem evidenciadas, tal quais as festividades realizadas pelos quilombolas, como o carnaval puxado pelo bloco formado por moradores do Quilombo Morro do Fortunato e a Festa da Tainha, realizada no Quilombo Aldeia.

Seguindo na busca pelo patrimônio cultural de município, verifiquei nos livros publicados sobre História de Garopaba as possíveis indicações de bens materiais e imateriais identificados como patrimônio cultural.

Em uma ordem cronológica, o primeiro livro publicado sobre Garopaba foi “1830-1980: São Joaquim de Garopaba (Recordações da Freguesia)”, escrito por Padre José Artulino Bensen, catarinense de Antonio Carlos, ocupante da cadeira 13 da Academia Catarinense de Letras e sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina desde 1982, Doutor em História da Igreja pela Pontifícia Universidade de Roma<sup>11</sup>. O livro é uma edição comemorativa dos 150 anos da criação da Freguesia de São Joaquim de Garopaba, e narra a História do município, destacando o papel da igreja católica na constituição da cidade.

Assim, sem se remeter ao termo patrimônio, até por que naquele momento essa preocupação ainda era tímida, a obra destaca o prédio da igreja como obra de grande valor arquitetônico e, principalmente, como marco fundador e ícone da fé cristã. A própria capa do livro de Padre Bensen já evidencia a igreja. Assim, embora não a classifique como patrimônio

---

<sup>10</sup> Texto da carta convite enviada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Garopaba as autoridades locais e representantes dos diferentes grupos ou associações ligadas à cultura local para prestigiarem as festividades do XXI Açor.

<sup>11</sup> Informações obtidas no blog do autor: <https://pebesen.wordpress.com>. Acesso em: 17 fev. 2015.

a ser preservado, o faz de maneira mais eficaz, colocando a Igreja de São Joaquim de Garopaba no centro das futuras discussões sobre o patrimônio cultural local, fortalecendo seu significado junto aos moradores, que vêm no prédio um ‘lugar de memória’ privilegiado.

Outro livro sobre Garopaba foi publicado em 1994, pelo Pastor Evangélico e professor aposentado dos anos iniciais, Manoel Valentim, natural do município. Intitulado “Homenagem a Garopaba ‘Poesia’: Garopaba do passado e do presente”, o livro é composto por 627 estrofes e narra às belezas naturais de Garopaba, os feitos dos prefeitos, mas, também, faz um apanhado geral dos modos de ser e de fazer dos garopabenses. Quanto ao patrimônio cultural, demonstra a necessidade de resguardar para que não se perca o que há de ‘belo e genuíno’, sendo esta uma nota de recomendação aos leitores: “Este livro é uma homenagem ao Município de Garopaba. É uma recordação do passado e ao mesmo tempo um incentivo e uma alerta a todos os Garopabenses, no sentido de preservar o que ainda existe de belo e genuíno” (VALENTIM, 1996: 05).

Em meados da década de 1990 se intensifica o turismo em Garopaba, e as pessoas começam a se dar conta de que as coisas estavam mudando rapidamente, isto é, o modo de viver vinha se alterando significativamente nos últimos anos. Essa não foi uma condição específica de Garopaba, mas um movimento que tomou conta da humanidade. Assim, o livro de Valentim (1996), oferece um substrato variado de tudo que pode ser patrimonializado, abrindo um filão para os ‘inventores’ da açorianidade local, idealizadores de uma autenticidade histórica reinventada para saborear costumes e tradições sociais que foram se perdendo na corrida frenética dos lugares para conseguir um papel no processo de globalização contemporâneo.

*Esse ir e vir dos cidadãos para os lugares de potencial turístico acaba interferindo nos hábitos e representações locais, histórica e culturalmente produzidos de acordo com as relações estabelecidas entre as populações tradicionais e os recursos naturais do território. As práticas do lugar vão aos poucos sendo ameaçadas, despertando em diversos segmentos o desejo de preservar e conservar os espaços. (DAMAZIO, 2010: 08)*

Outro livro de Manoel Valentim é “História de Garopaba”, publicado em 2010. Essa versão se pretende ‘mais histórica’ e está organizada linearmente, apresentando a visão do memorialista quanto ao que há de relevante na História de Garopaba, “principalmente os dados sobre cada localidade e os principais acontecimentos durante os séculos XIX e XX da

nossa era” (VALENTIM, 2007: 05). O livro é organizado por tópicos, sendo que nas páginas 83 e 84 o tema é habitação. O autor aponta a importância dos casarões de pedra, construídos a partir da segunda metade do século XX, lembrando que são “são notáveis pelo tamanho na época e pela espessura das paredes, por serem construídos por pedras achatadas e redondas encontradas na natureza [...]. No Macacu, ainda existe uma dessas casas de pedra, da família Sousa” (VALENTIM, 2007: 84).

A igreja matriz e o centro histórico são citados como prédios antigos e bem conservados, mas sem muita ênfase, talvez pelo fato de se o autor pastor evangélico; contudo, na página 85 aparece uma imagem da igreja. Diversas expressões culturais são abordadas por Valentim, no entanto, evidencia quem fez e onde fez em detrimento do como eram feitas e/ou aconteciam às construções, os artesanatos, as festas, as comidas, dentre outros. Em relação ao livro de poesias publicado por Valentim em 1996, há um ponto que traduz a efetivação da ‘invenção’ de uma tradição açoriana em Garopaba: o autor já fala com propriedade sobre a tradição cultural açoriana de Garopaba, demonstrando sua naturalização.

Publicado em 2003, o livro “De Igara-mpaba a Garopaba: sete mil anos de História”, escrito pelo jornalista gaúcho radicado em Garopaba, Fernando Bitencourt, chama atenção, primeiramente, pela apresentação: impresso em papel reciclado, possui espiral adornado com bambu natural, ilustrações e fotografias diversas e capa de papelão grosso que o fazem parecer um documento antigo, desgastado pelo tempo. Seu conteúdo mostra-se compatível com o trabalho de Padre Bensen (1980), no entanto, faz um ‘mergulho’ na arqueologia e apresenta as inscrições rupestres da ilha do coral, o sambaqui e as oficinas líticas da Praia da Barra da Encantada, colocando-os como bens materiais herdados dos antepassados.

O livro, narra uma História de Garopaba rica e diversificada, com suas características culturais bem demarcadas pela ‘origem’ açoriana, sendo a segunda parte dedicada, exclusivamente, a mesma. Interessante, que o autor traz, inclusive, um tópico intitulado “Açorianos no Rio Grande de São Pedro”, relatando o quanto tem de açoriano nas tradições gaúchas, talvez, na tentativa de agradar aos conterrâneos que visitam ou vivem em Garopaba ou, talvez, para demonstrar que os (des)encontros entre ‘nativos’ e ‘de fora’ não fazem sentido, já que são todos descendentes dos açorianos. Vale salientar, que Bitencourt é bastante envolvido com a causa açoriana, sendo inclusive, membro fundador do Movimento Açoriano de Resgate (Maré), de Garopaba.

Outra fonte de pesquisa foi o livro didático produzido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa e Educação Patrimonial da Universidade do Sul de Santa Catarina – GRUPEP/UNISUL, adotado, a partir de 2012, pela rede municipal de ensino, nas turmas do 4º ano do ensino fundamental, intitulado “Uma aventura pela história e geografia de Garopaba” (FARIAS, LUZ E NEU, 2011)<sup>12</sup>. O livro tem uma linguagem voltada para o público ao qual se dirige – crianças, mas os temas abordados contemplam diferentes aspectos da História e da Geografia local. No caso do patrimônio cultural, já inicia com uma imagem da antiga igreja matriz, que ilustra uma página e meia, dando a ver sua importância cultural para o município.

O capítulo dois é totalmente direcionado para o patrimônio de Garopaba, dividido pelas autoras em patrimônio cultural, patrimônio histórico e patrimônio natural, conforme pode ser conferido nos excertos: “Patrimônio Cultural é o conjunto de objetos ou monumentos históricos que vão revelar a história e a cultura do nosso lugar, por exemplo, os sítios arqueológicos, as oficinas líticas, a cultura açoriana, o folclore, as festas religiosas e tantos outros elementos de nossa cultura” (FARIAS, LUZ E NEU, 2011: 20). Imagens da procissão de navegantes, do sítio arqueológico e de diversos artesanatos classificados como de tradição açoriana, enriquecem o texto. Porém, nas imagens aparecem cestarias e utensílios de cerâmica, objetos bastante utilizados pelos luso-brasileiros, mas que, na verdade, vêm de adaptações que os europeus fizeram a partir da cultura indígena.

Na sequência, o texto aborda o patrimônio histórico:

*O Patrimônio Histórico é a herança, o bem cultural que recebemos de nossos antepassados. Por isso é muito importante sua preservação. São exemplos de patrimônio histórico de Garopaba os sítios arqueológicos, e o centro histórico, com seus prédios e construções do século XIX, entre os quais a Igreja Matriz de São Joaquim. (FARIAS, LUZ E NEU, 2011: 21)*

O mote deste estudo não permite uma incursão mais atenta à metodologia de ensino que norteia a elaboração do livro, contudo, parece-me, que essa ‘divisão’ do patrimônio em categorias histórico e cultural acaba por confundir alunos e professores. Assim, seria mais adequado falar de patrimônio material e imaterial. O livro também enfatiza a necessidade de

---

<sup>12</sup> Deise Scunderlik E. de Farias é Doutora em Arqueologia pela PUC de Porto Alegre e professora do curso de História da Unisul, assim como Marcia Ramos Neu, que é professora do Curso de Geografia da Unisul e Doutora em Geografia pela USP. Elaine Coelho da Luz é Mestranda em Educação pelo PPGE/UNESC e professora de Geografia da rede pública estadual de Santa Catarina. As autoras são naturais do Rio Grande do Sul, radicadas em Tubarão, Ibituba e Garopaba, respectivamente.

preservação do patrimônio natural: praias, dunas, cachoeiras, morros e lagoas, justificando tal procedimento em função de que “Nesse ambiente, viveram milhares de pessoas desde a pré-história. Essas pessoas deixaram marcas que demonstram como era sua interação com a natureza, por isso é importante preservar esses lugares” (FARIAS, LUZ E NEU, 2011: 23).

Contudo, o livro didático em uso na rede municipal, apresenta um apanhado geral da História de Garopaba, e, se bem explorado pelo professor, abre diversas possibilidades de pesquisa e interação com as comunidades, possibilitando aos alunos se reconhecerem como sujeitos da História. Produzido dentro de um contexto que visa à efetivação da ‘invenção’ do açorianismo em Garopaba, o livro atende ao desejo de setores da sociedade local em edificar a cultura garopabanese. Resta saber: até que ponto esse livro foi absorvido pela cultura escolar? Mas essa é uma questão que por ora não será respondida, ficando para uma nova etapa da tese em processo de construção.

### **Considerações Finais**

O patrimônio cultural é resultado de um feixe de relações estabelecidas entre os diferentes setores de uma sociedade, permeada por disputas e tensões, que elegem o que deve ou não ser convertido em patrimônio, portanto, o termo patrimônio é polissêmico, evoca múltiplos significados. Cada momento histórico apresenta critérios ou prioridades que interferem na seleção dos bens culturais. Na contemporaneidade, o tempo mostra-se esgarçado e fluído, instável e sobreposto, gerando certa insegurança relativa ao futuro. Essa ‘crise do tempo’ despertou um apego diferenciado em relação ao passado e tudo que se mostra original e singular tende a ser patrimonializado. As seleções não se dão de maneira simples, elas são permeadas por disputas, conflitos políticos, econômicos e sociais. No entanto, a vinculação entre as relações identitárias e o patrimônio são pautadas pelos modos de interação e de reconhecimento que a população dá aos bens tidos como patrimônio cultural.

Adensar o patrimônio cultural, dando-lhe um *corpus* expressivo, pode significar a garantia de uma identidade local que vem sendo estremecida pelas incursões da chamada pós-modernidade. ‘Inventar’ uma tradição foi uma das saídas encontradas pela maioria dos lugares que não tinham sua História ligada a fatos marcantes ou acontecimentos de ampla circulação e reconhecimento. Por meio da memória, é construída ou, aparentemente mantida, uma identidade cultural, um vínculo individual e/ou coletivo com um passado que, em geral, é

idealizado como um tempo áureo, livre de tensões. A memória é processo, um guia do passado, ao mesmo tempo seguro e impreciso, enriquecendo e conduzindo o presente.

Problematizar o patrimônio pressupõe considerar os variados interesses que participam do processo de seleção; isso implica pensar não só nos bens que podem ser inventariados e patrimonializados, transformados em mercadoria, inseridos na dinâmica do ‘tempo é dinheiro’, mas pensar, também, nos interesses que regem tais escolhas. Assim, em Garopaba/SC, a nosso ver, as seleções relativas ao patrimônio cultural, obedeceram, a princípio, o imaginário de que o patrimônio só pode ser representado por edificações antigas, portanto, foi por essa via que igreja matriz e casario do centro histórico ganharam o *status* de patrimônio cultural de Garopaba. Já a cultura açoriana, colocando dentro desse termo as festividades, a gastronomia, as artes de fazer, dentro outros, foi tomada como patrimônio por meio de um processo mais amplo, sedimentado pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC e seu projeto de ‘resgate’ da açorianidade do litoral catarinense. Os sítios arqueológicos, desde as primeiras discussões sobre patrimônio cultural já figuraram como tal, afinal, a humanidade carece desde vínculo, buscando sempre suas origens mais remotas.

Essa corrida pela preservação do patrimônio cultural seja material, imaterial ou natural, revela a preocupação da humanidade com a perda das experiências de vida estáveis e duradouras. O presente hipertrofiado que passou a imperar nas últimas décadas do século XX despertou o medo do esquecimento, assim, há um movimento que infiltrou em todos os setores da sociedade o desejo de musealizar, de resguardar a memória em uma tentativa de reduzir a velocidade das mudanças. Nessa dinâmica, todos os lugares desejam salvaguardar a memória, sem levar em conta sua transitoriedade, sua característica impar de ser humana, e, portanto, pouco confiável.

### **Referências Bibliográficas**

BESEN, José Artulino. **1830-1980 São Joaquim de Garopaba (Recordações da Freguesia)**. Passo Fundo (RS): Gráfica e Editora BERTHIER, 1980.

BITENCOURT, Fernando. **De Igara-mpaba a Garopaba: sete mil anos de História Garopaba**: Gráfica Garopaba, 2003.

DAMAZIO, Rosiane Marli A. **Desafios da urbanização turística**. Artigo apresentado à disciplina História e Culturas Urbanas do Mestrado em História da Universidade do Estado de

Santa Catarina – PPGH/UEDESC, sob orientação do Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn. Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. **Turismo, urbanização e preservação ambiental:** conflitos produzidos a partir do processo de implantação de uma reserva extrativista (RESEX) entre os municípios de Garopaba e Imbituba (SC). 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2011.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; LUZ, Elaine Coelho da; NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Uma aventura pela História e Geografia de Garopaba.** Palhoça: Unisul, 2011.

GAROPABA, Prefeitura Municipal. **Carta convite.** Convida a comunidade para o XXI Açor. Garopaba, 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 035 – mar. 2015.** Designa membros para formar o Conselho Municipal de Cultura. Garopaba, 2015.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História.** Belo Horizonte, v.22, n. 36, p. 261-273, jul-dez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<http://www.fcc.sc.gov.br>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

<http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2015.

<https://pebesen.wordpress.com>. Acesso em: 02 mar. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Decreto-lei n.º 25 - nov. 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Constituição Federal. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em: 23 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 3551 - ago. 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em: 23 jan. 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio:** um guia. RJ: Editora FGV, 2008.

PACHECO, Larissa M. **Entre “nativos” e “de fora”**: estudo etnográfico sobre nuances identitárias no sul do Brasil, Garopaba/SC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2010.

VALENTIM, Manoel. **Homenagem a Garopaba (poesia)**: Garopaba do passado e do presente. Garopaba, SC: Gráfica Garopaba, 1994.

\_\_\_\_\_. **História de Garopaba da armação baleeira a comarca**. Garopaba, SC: Gráfica Garopaba, 2007.